Nº 295
IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

O AMOR POR PRINCÍPIO E A ORDEM POR BASE;
O PROGRESSO POR FIM

Viver para outrem. *Viver às claras.*

Ainda o despotismo Sanitário e a política republicana

A propósito da projetada expulsão tirânica dos proletários moradores do morro de Santo Antônio

Há alguns meses, a propósito dos projetos em discussão na Câmara dos Deputados, pretendendo criar o Serviço de Assistência Pública no Distrito Federal, tivemos ensejo de chamar a atenção do atual Sr. Presidente da República para a urgente necessidade de respeitar enfim os princípios republicanos, abolindo se o despotismo sanitário. Hoje, temos de voltar ao mesmo assunto, a vista da notícia sobre a tirânica expulsão os proletários moradores no morro de Santo Antônio. É indispensável que a fraternidade, e a liberdade consequente, substituam a crueza e a violência na organização da higiene pública.

Enquanto essa substituição não se der, continuaremos expostos às monstruosidades sugeridas pela metafísica regalista, o materialismo médico, e a cobiça industrialista.

Esforçando nos, pois, ainda há uma vez, para impedir, tanto quanto em nós cabe, uma das manifestações mais iníquas do despotismo sanitário vigente, anima-nos, ao mesmo tempo, a convicção de contribuir para a abolição radical de semelhante despotismo, mediante a instituição da higiene pública republicana, isto é, *humana*.

Eis a notícia a que nos referimos, extraída do *Jornal do Commercio* de 16 de fevereiro corrente, edição da tarde:

"*Morro de Santo Antônio* - o Sr. Dr. Antônio Pedra Pimentel, delegado do terceiro distrito sanitário, fez a fixar hoje edital no morro de Santo Antônio, comunicando aos interessados que até o dia 5 de março próximo serão demolidos os barracões, de acordo com a intimação feita a 20 de janeiro último."

Semelhante decisão não pode ser cumprida sem violar as mais rudimentares exigências da moral e da razão. Porque quando se Visa o conseguimento de um fim, a moral e a razão não se limitam a exigir que o fim seja bom, que as intenções sejam boas. Torna se indispensável também e os meios sejam bons. E, nos casos mais desfavoráveis, cumpre sempre preferir o menor dos males.

Esses princípios, que nenhum coração humano rejeita hoje, bastam para mostrar a imoralidade e o absurdo do atentado que se anuncia.

Com efeito, a situação é esta: um certo número de pessoas — mulheres, homens e crianças (a grandeza no do números apenas agrava o atentado, sem mudar e a natureza) — acha-se estabelecido no morro de Santo Antônio, e aí vive em más condições higiênicas. Isto é um mal. Mas, seja como for, *essas pessoas estão vivendo e há muito tempo.* O governo agora quer remover esse mal. Pois bem, o governo só pode tentar semelhante remoção *evitando de praticar mal maior.* Ora, é evidentemente praticar mal muito maior expulsar violentamente essas pessoas tu deplorável abrigo *em que vivem,* sem proporcionar lhes qualquer outro.

É preciso compenetrarmo-nos que existem fatalidades políticas e morais, como existem fatalidades cósmicas e biológicas. Diante de um terremoto, de uma inundação, de uma seca, de uma colheita insuficiente etc., os governos e o público procuram aliviar as vítimas e não persegui-la ainda mais. O governo brasileiro despende até capitais consideráveis com o intuito de atrair, para o Brasil, as populações de outros países.

Se, nesses casos, os governos e o público se esforçam por socorrer os necessitados, como admitir que, diante de uma situação desgraçada, lentamente formada nesta cidade, à face do governo, se proceda de modo diverso?

Seu governo e o público têm meios de proporcionar habitações em condições menos mais aos moradores do morro de Santo Antônio — que o façam, de uma vez ou aos poucos. Mas, se nem o governo, nem o público possuem tais meios, então resignem se a sofrer esse mal até que ele possa se removido sem aumentar as aflições aos aflitos, e sem que o governo e o público se tornem cruéis, o que seria um mal imensamente maior.

Parece nos inútil mas para que se veja que esse dolorosíssimo incidente vem, ainda uma vez, patenteara necessidade de *subordinar a higiene à moral.* Em todo o caso, essas reflexões serviram de protesto no presente e de preparação para um futuro melhor. As atrocidades da tirania regalista, do materialismo médico, e da cobiça industrialista diminuem fatalmente todos os dias, porque *o homem se agita e a Humanidade o conduz.*

Terminando, nos limitaremos a recordar a conclusão do artigo a que aludimos no começo, acerca da organização republicana da Assistência Pública do Distrito Federal: (vide o *Jornal do Commercio* de 10 de julho de 1909).

"O triste resultado de quase vinte anos de reconhecimento oficial da situação republicana, em que se acha realmente o povo brasileiro, desde o martírio de Tiradentes!... Sob qualquer aspecto, continua a luta entre a política moderna da fraternidade, inspirando a poesia, a ciência, e a indústria, de um lado, e, do outro lado, o regime teológico militar, peculiar à Antiguidade. Três medidas urgentes estão para ser tomadas em complemento da obra encetada a 15 de novembro de 1889, fazendo após quase vinte anos de tirânica aberrações, passar enfim da a liberdade espiritual, da fase de abstração constitucional para a fase de realização governamental:

1º, abolição do despotismo sanitário;

2º abolição do despotismo funerário;

3º a abolição do despotismo pedantocrático, mediante a supressão do ensino oficial superior e secundário, como de qualquer privilégio acadêmico.

Dessas três medidas — *todas urgentemente reclamadas pela reorganização social* —, a mais imprescindível é a primeira, conforme já temos demonstrado à saciedade. E a sua execução é tanto mais iniludível, quanto é fácil conciliá-la com os interesses pessoais, não só legítimos, mas mesmo apenas toleráveis no momento, da imensidade de funcionários de todas as categorias, que constituem hoje os agentes da mais nefanda das tiranias e podem ser utilizados em uma reorganização *republicana* da assistência e da higiene públicas. É intuitiva, aliás, a conexidade entre essa medida e a supressão do ensino oficial, principal fonte dos sofismas em que se apoia o despotismo sanitário.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil,

R. TEIXEIRA MENDES,
Vice-Diretor.

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº 74.
Rio, 22 de Homero de 122 (19 de fevereiro de 1910)

(Publicado na seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 19 de fevereiro de 1910.)